



Resumo de Notícias

16/02/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – A chance da Anatel se redimir

Na quinta, dia 18/2, o Conselho Diretor da Anatel vai conhecer a proposta de revisão dos contratos de concessão e do novo Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU). A apresentação será feita pelo conselheiro Igor de Freitas que, na semana passada, fez a seguinte declaração: “regular é prever problemas e evitar gargalos, é gerenciar riscos, mas não é elaborar políticas públicas e definir o que será priorizado”.

Ocorre que entre as competências do Conselho Diretor, artigo 22 da LGT, estão: propor o estabelecimento e alteração das políticas governamentais de telecomunicações, resolver sobre a aquisição e alienação de bens, aprovar o plano de destinação de faixas de radiofrequência e de ocupação de órbitas.

Ou seja: ao contrário do que diz o conselheiro, é papel da Anatel fazer política pública e interferir cotidianamente no quadro das telecomunicações brasileiras.

O que nos preocupa na postura de Igor de Freitas é que as propostas da Anatel para o novo PGMU venham ao encontro dos interesses dos que desejam menos Estado e mais mercado dirigindo as telecomunicações brasileiras. E não é assim em lugar nenhum do mundo: os órgãos reguladores, junto com o Poder Executivo, têm um papel central na definição de políticas públicas.

Nós, da sociedade civil, fizemos várias contribuições à consulta pública elaborada pela

Anatel: defendemos que a banda larga seja colocada como foco da revisão dos contratos e que seja prestada também em regime público – com metas de universalização, qualidade, tarifas módicas e bens reversíveis. Este é o centro do debate do qual nem a Anatel, nem o Executivo podem se furtar em realizar.

Para ter uma ideia do que está em jogo: enquanto a Anatel deixa as operadoras transformarem os telefones públicos em sucata, a cidade de Nova York iniciou o projeto de transformar velhos orelhões em modernos pontos de acesso à internet. A perspectiva é instalar nos próximos quatro anos 4.550 pontos em todos os cinco grandes bairros da cidade. São totens que oferecem ligações gratuitas, portas USB para carregamento de smartphones e uma tela sensível ao toque para navegação na internet. O totem é feito com material que resiste ao clima e à destruição. Por que não colocar obrigações desse tipo no novo PGMU?

A Anatel e o Ministério das Comunicações têm conhecimento dessas questões. Devem escolher um lado – o lado público, que exige medidas afinadas com o desejo da maioria da sociedade e do Brasil. E o mercado que cumpra as obrigações impostas pelos novos contratos de concessão.

Vamos acompanhar de perto o que será apresentado no dia 18 na reunião do Conselho Diretor da Anatel. É a grande chance da Anatel se redimir.



Resumo de Notícias

16/02/2016 - Instituto Telecom

Telefônica Vivo avalia também limitar franquia de dados na fibra, depois do ADSL

A Telefônica Vivo passou a prever a criação de franquia de dados para sua internet fixa por par de cobre (ADSL) neste mês. Os novos clientes que contrataram o serviço a partir de 5 de fevereiro já estão assinando contratos com os limites. Clientes que contrataram o Vivo Internet Fixa antes dessa data manterão as condições contratuais anteriores, sem franquia.

Os planos de banda larga fixa afetados são de velocidades entre 200Kbps a 25 Mbps, em todo o estado de São Paulo. A franquia vai de 10 GB (planos de 200 Kbps a 1 Mbps) a 130 GB (para o de 25 Mbps). A operadora não atualizou os contratos dos novos clientes Vivo Fibra, mas estuda a possibilidade. “O tema está sendo avaliado”, informa.

A Telefônica diz que não vai definir cobrança por uso excedente neste ano. Mas que vai realizar campanhas para informar o consumidor sobre mudanças nos limites de uso da banda larga fixa, quando isso ocorrer. A empresa foi a primeira a bloquear o acesso à internet dos usuários móveis ao fim da franquia em 2014, movimento que encerrou a oferta de acesso ilimitado à internet no celular, mas a aumento das franquias oferecidas. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já via como provável a expansão da estratégia aos acessos fixos desde 2014, em função da queda de receitas com interconexão.

“Promocionalmente, não haverá cobrança pelo excedente do uso de dados até 31 de dezembro de 2016. À medida que isto vier a ocorrer no futuro, a empresa fará um trabalho prévio

educativo, por meio de ferramentas adequadas, para que o cliente possa aferir o seu consumo. A franquia de consumo de dados de internet fixa já é praticada hoje por alguns dos principais players de banda larga fixa”, afirma, em nota. Os outros players, no caso, são NET e a Oi.

A NET lembra que seus planos adotam velocidade e franquia por contrato, e que a franquia do usuário pode ser acompanhada pelo site ao consumidor da companhia. Diz que a medida é uma prática de qualidade. “Tem o objetivo de garantir o correto dimensionamento da rede de banda larga para todos os usuários”, diz. As franquias são determinadas por estatísticas e revistas periodicamente. Poucos clientes, afirma, ultrapassam os limites estabelecidos. “Neste caso, a velocidade de internet é reduzida até o final do mês vigente e reestabelecida automaticamente no primeiro dia do mês seguinte”.

Por sua vez, a Oi confirma trazer a cláusula de redução da velocidade uma vez atingida a franquia nos contratos. “A companhia não pratica o corte da navegação na internet após o fim da franquia de seus clientes de banda larga fixa”, garante.

A TIM afirma que não pretende adotar modelo semelhante em sua internet por fibra, disponível em São Paulo e Rio de Janeiro. “A TIM não comercializa planos com franquia mensal de dados e bloqueio após o consumo em sua oferta de ultra internet fixa (Live TIM). A operadora também não prevê mudanças nos planos atuais”, afirma.



Resumo de Notícias

16/02/2016 - Telesíntese

Só 90 empresas com documentos corretos no leilão de banda C da Anatel

A Anatel retomou hoje, 16, o leilão de venda de sobra de frequências de 1,8 GHz, e 2,1 GHz em TDD e FDD com a divulgação da lista das empresas sem problemas de documentação e com problemas a serem resolvidos antes da confirmação de todos os vencedores. As proponentes dos lotes A e B foram declaradas habilitadas pela Anatel, pois não apresentaram problemas de documentos (são as grandes empresas Claro, Vivo, Nextel e TIM). Mas na disputa pelo lote C, das 342 pequenas empresas que participaram apenas 30% conseguiram se habilitar. As demais serão convocadas para apresentarem a documentação correta.

Entre os dias 17 e 18 de fevereiro a Anatel estará franqueando a vista para que todos os competidores vejam a documentação da licitação. Em seguida, vai notificar as empresas saneadas a passarem para a segunda etapa de avaliação, e as demais para entregarem os documentos conforme exigido no edital.

Após esta etapa, a agência abrirá nova sessão e nova fase para recursos. Aqueles que foram desclassificados ou não concordarem com a decisão da comissão de licitação poderão novamente se manifestar nessa etapa.

Em relação ao número de lotes, 1.461 lotes do tipo C já poderão contar com os novos serviços a serem prestados pelas 90 empresas sem qualquer tipo de problemas. Mas outros 4.279 mil lotes têm algum tipo de disputa, seja porque a primeira classificada apresentou vícios sanáveis, ou porque apresentou vícios insanáveis e o segundo colocado será chamado.

Há ainda o problema de que em 20 locali-

dades o proponente vencedor preferiu se apresentar como pessoa física e não como pessoa jurídica, como exigia o edital e a comissão de licitação ainda precisará decidir sobre esse caso.

O leilão

No dia 17 de dezembro do ano passado, a Anatel promoveu pela primeira vez a venda de frequências para os municípios brasileiros, o lote C, além de vender também grandes áreas, no moldes das licitações anteriores, sobras de frequências que foram arrematadas pelas grandes operadoras de celular.

Em um balanço inicial, ainda sem a confirmação dos vencedores após a análise da documentação, a Anatel arrecadou no total R\$ 852 milhões. Com a venda dos lotes A e B (faixas de 1,8 GHz e 2,5 GHz em FDD), a agência arrecadou R\$ 762,6 milhões. Com a venda do lote C (faixas em TDD municipais), foram arrecadados mais R\$ 89,9 milhões – ágio médio de 99,4%.



Resumo de Notícias

16/02/2016 - Vermelho

Transparência e combate à corrupção nos governos Lula e Dilma

A intensa e sistemática exposição do combate à corrupção na grande mídia deixa a falsa impressão de que a corrupção cresceu nos governos do PT. Na verdade, os casos só aparecem porque, pela primeira vez na história do país, é isso mesmo, instituições de defesa do Estado foram estruturadas e fortalecidas para atuarem livremente, sem nenhuma interferência.

A corrupção é um problema global que afeta todos os países do mundo. Não é nenhuma justificativa, apenas constatação. Relatório divulgado pela Comissão Europeia em fevereiro de 2014 conclui que a corrupção atinge todos os seus 28 países membros, custando cerca de 120 bilhões de euros por ano. Se a corrupção está presente em todas as sociedades, o que as diferencia é a disposição de combatê-la e inibi-la, estabelecendo mecanismos de controle, transparência e punição.

A partir de 2003, por decisão corajosa do governo, o país passou a contar com uma política pública de Estado de prevenção e combate à corrupção por meio da ação articulada entre diversos órgãos, avanços na legislação e participação da sociedade civil no controle da gestão.

Logo neste primeiro ano do governo Lula foi criada a Controladoria Geral da União (CGU), que substituiu

COMBATE À CORRUPÇÃO



COMPARE AS DIFERENTES ATITUDES DOS GOVERNOS DILMA/LULA E DO PSDB E VEJA PORQUE NÃO VALE A PENA ANDAR PARA TRÁS NO COMBATE A CORRUPÇÃO

☹️ AÉCIO/FHC/PSDB	😊 DILMA E LULA
✘ GOVERNO VARRE CORRUPÇÃO PARA BAIXO DO TAPETE	✔ GOVERNO TOMA A INICIATIVA DE INVESTIGAR
✘ DINHEIRO DESVIADO NÃO É RECUPERADO PELO GOVERNO	✔ DINHEIRO DESVIADO VOLTA AOS COFRES PÚBLICOS
✘ POLÍCIA FEDERAL MAL EQUIPADA E SEM AUTONOMIA	✔ POLÍCIA FEDERAL BEM EQUIPADA E COM AUTONOMIA
✘ DIRETOR-GERAL DA PF FILIADO AO PSDB	✔ DIRETOR-GERAL DA PF SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
✘ JORNALISTAS INTIMIDADOS, PERSEGUIDOS, DEMITIDOS	✔ JORNALISTAS COM LIBERDADE
✘ CPIS ABAFADAS	✔ CPIS INSTALADAS
✘ CGU INEXISTENTE	✔ CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO ATIVA
✘ ENGAVETADOR-GERAL DA REPÚBLICA	✔ PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DILMA.COM.BR/TV

a Corregedoria Geral da União, criada em 2001, penúltimo dos oito anos do governo FHC. O novo órgão foi estruturado para a permanente fiscalização, com auditores qualificados e técnicas modernas de controle. Além da fiscalização dos órgãos federais, também instituiu o Programa de Fiscalização por Sorteio Público de Municípios que conveniam com a União. Cerca de 40% dos municípios brasileiros já foram fiscalizados.

Além disso, tem um site onde toda sociedade pode acessar e acompanhar qualquer processo e criou também o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas, que estão proibidas de contratar com a Administração.

Em 2004 foi implantado o Portal da Transparência, que disponibiliza informações detalhadas, diariamente, sobre cada gasto do governo federal, acessível a qualquer pessoa, sem exigência de senha ou cadastro. Em 2014 atingiu a média mensal de 1.131.669 de visitas. O Portal já recebeu diversos prêmios internacionais, entre eles o da ONU, como uma das cinco melhores práticas de prevenção da corrupção no mundo.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/276327-1>



Resumo de Notícias

15/02/2016 - Rede Brasil Atual

Na volta às aulas, Apeoesp denuncia que governo Alckmin fechou 1.112 salas

Sindicato dos professores acusa governo paulista de realizar 'reorganização escolar silenciosa' na rede. Ainda faltam dados de 46 regiões



Levantamento parcial do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) divulgado hoje (15) afirma que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) fechou 1.112 salas de aulas em 47 regiões de São Paulo no início do ano letivo, que começou nesta segunda-feira na rede estadual. Ainda faltam informações de 46 regiões.

O sindicato acusa o Executivo estadual de realizar uma reorganização escolar disfarçada, já que o projeto original do governo Alckmin – que pretendia fechar pelo menos 94 escolas e transferir 311 mil estudantes – foi suspenso pela Justiça duas vezes, a última em janeiro.

Como resposta ao projeto de reorganização, apresentado no ano passado, os alunos ocuparam escolas da rede estadual. No auge do movimento, em 2 de dezembro, os estudantes chegaram a ocupar 213 unidades escolares. Após 25 dias de intensa mobilização, o governador veio a público suspender o projeto e em seguida, o então secretário estadual da Educação, Herman Voorwald, pediu demissão.

“Estão sendo fechadas salas de aula e estava em

curso um projeto de reorganização. Ora, esse movimento não é outra coisa senão uma reorganização silenciosa”, afirma a presidenta da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, a Bebel. “Estão faltando regiões muito populosas do estado, como Campinas. O número real de classes fechadas deve ser muito maior.”

Em nota, a Secretaria da Educação afirmou que o remanejamento de salas é “uma ação administrativa que sempre aconteceu” e que a “readequação do número de salas de aula é rotina a cada início de ano letivo”. O órgão informou que, neste ano, a rede estadual deixou de receber 143,6 mil matrículas.

“Em 2014, nos primeiros 15 dias houve pedidos para 107 mil matrículas e 180 mil transferências. A rede estadual teve 287 mil estudantes se ‘movimentando’ no ano de 2014”, diz a nota. “Em 2015, só no primeiro dia de aula, foram 18 mil pedidos de matrículas e 36 mil pedidos de transferência. Com todas essas mudanças é natural que haja movimentação de salas.”

A Apeoesp reforçou que em 2015, em um levantamento parcial, o governo estadual fechou 3.390 classes e que este movimento tente a superlotar as salas de aula. Em 9 de janeiro, a Secretaria Estadual de Educação publicou uma resolução em que permite o aumento do número de alunos por sala, de 40 para 44 alunos no ensino médio. Nos primeiros anos do fundamental, passa de 30 para 33, e de 35 para 38 nos anos finais do ciclo. Para a Apeoesp, o limite deveria ser 25 alunos por sala em qualquer ciclo.

Para fazer frente ao fechamento de salas de aula, Bebel informou que o sindicato continuará mobilizando a população e pressionando o governo, em protestos e manifestações.